

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Susana Kelli Cabral de Aquino

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cruz das Almas – Bahia

RESUMO: A educação superior brasileira tem como política pública de avaliação o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em vigor desde 2004. Na comparação com outras possibilidades de estruturas para a avaliação da Educação Superior no Brasil, pode-se considerar como diferencial notório do SINAES a imposição para implantação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável por todo o processo de autoavaliação proposto pelo sistema. Uma das principais atividades das CPAs é a confecção e publicização dos Relatórios Anuais de Autoavaliação das respectivas Instituições. A autoavaliação auxilia as Instituições de Educação Superior (IES) no reconhecimento de suas fragilidades e potencialidades, configurando-se como um instrumento indispensável para o processo de tomada de decisão. No estudo em tela, analisou-se como os referidos relatórios contribuem para a tomada de decisão da Administração Superior na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Para tanto, delineou-se uma abordagem predominantemente qualitativa, através de pesquisa de campo

e pesquisa documental; a interpretação dos dados fornecidos deu-se sobretudo a partir de leitura analítica de entrevistas e questionários e de análise qualitativa documental. Concluiu-se que as percepções dos respondentes da pesquisa, no geral, não são uníssonas frente a diversas nuances que envolvem a pesquisa. Assim, não há uma tendência de opinião expressivamente forte que represente confluência de ideias entre os participantes. Ao final, podem ser encontradas sugestões para um melhor aproveitamento dos relatórios de autoavaliação da CPA da UNIVASF.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão Própria de Autoavaliação; SINAES; tomada de decisão.

THE DECISION-MAKING PROCESS OF THE SUPERIOR ADMINISTRATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO FRANCISCO VALLEY (UNIVASF) HAVING REFERENCE TO THE REPORTS OF THE APPROPRIATION COMMITTEE (CPA)

ABSTRACT: Brazilian higher education has been a public measure of evaluation of the National Higher Education Evaluation System (SINAES), in force since 2004. SINAES for decision making by the Evaluation Practice Commission (CPA), responsible for the entire

process self-assessment system. One of the main activities of CPAs is the preparation and publication of the Institution Self-Assessment Annual Reports. An auxiliary self-assessment as Higher Education Institutions (HEIs) is not a recognition of their weaknesses and potentialities, constituting an indispensable instrument for the decision-making process. The study in tela, was analyzed as the times that contributed more to a decision making of the Superior Administration of the Federal University of the Valley of the São Francisco (UNIVASF). To this end, a predominantly qualitative approach was outlined through field research and documentary research; The interpretation of the data was based on the analytical reading of interviews and questionnaires and documentary qualitative analysis. It was concluded that the perceptions of non-general survey respondents are not geared to the various nuances surrounding the survey. Thus, there is no expressively strong trend of opinion that represents the confluence of ideas among the participants. In the end, suggestions can be found for better use of UNIVASF CPA self-assessment reports

KEYWORDS: Own Self-Assessment Committee; HEANS; Decision-making.

1 | INTRODUÇÃO¹

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, reconhece a educação como um direito fundamental de natureza social; sua proteção tem uma dimensão que ultrapassa, e muito, a consideração de interesses meramente individuais. Assim, embora a educação, para aquele que a ela se submete, represente uma forma de inserção no mundo da cultura e mesmo um bem individual, para a sociedade que a concretiza, caracteriza-se como um bem comum, já que representa a busca por um modo de vida social e harmônico que se escolhe preservar.

Como um direito fundamental de natureza social, a educação é permeada por políticas públicas que visam burilar seus resultados e ações; nessa linha de raciocínio, a Educação Superior brasileira é objeto constante de tais políticas. Neste artigo é abordada primordialmente a autoavaliação na Educação Superior pública brasileira, aqui representada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

De modo geral, as políticas públicas são entendidas como planos, ações, metas e decisões governamentais direcionados para atacar problemas de interesse público ou uma determinada situação social que necessite de maior atenção do Estado, como forma de melhor estabelecer sua relação com o público-alvo da política e, por extensão, com o resto da sociedade.

De acordo com Souza (2006), na tipologia de formulação e análise de política pública denominada Ciclo da Política Pública, há um ciclo deliberativo, consubstanciado em fases e que constitui um processo dinâmico das políticas públicas. Nessa abordagem, os estágios que constituem o ciclo das políticas públicas são esses: Identificação do

¹ Neste artigo, as informações referentes ao SINAES, bem como às características da Administração Superior da UNIVASF e às percepções extraídas dos atores abordados foram temporalmente extraídas no final do ano de 2016, quando foi realizada a pesquisa.

Problema, Formação da Agenda, Formulação das Alternativas, Tomada de Decisão, Implementação e Avaliação. Segue que o referido ciclo, consuetudinariamente, representa mais um caráter heurístico do que mesmo a realidade da dinâmica ou a vida de uma política pública; já que, frequentemente, ocorre dos estágios não seguirem a ordem pré-determinada ou mesmo se misturarem no desenvolvimento da política.

A tomada de decisão consubstancia-se no processo de escolha dentre as alternativas disponíveis, ponderando e elegendo a mais adequada para solucionar ou aprimorar a realidade a ser resolvida. Já a avaliação pode ser entendida como algo complexo, às vezes, é uma palavra utilizada sem critério ou ponderação. Pode-se, inclusive, considerar que a avaliação é inata ao ser humano, seguindo uma abordagem na qual se concebe que o homem ao observar e julgar está avaliando.

Ao perceber uma determinada situação, colher informações sobre, para então tomar as decisões consideradas mais acertadas; e quando executadas as ações, refletir se realmente foram corretas ou equivocadas, ponderando os porquês da caracterização dos acertos ou erros, está-se configurando uma avaliação, principalmente se a intenção for aperfeiçoar os resultados futuros relacionados ao fato avaliado. Essa conjectura reflete o caráter subjetivo da atividade de avaliar que habitualmente as pessoas desempenham, sem mesmo perceber.

Franco (1971, apud COHEN e FRANCO, 2013) define que “avaliar é fixar o valor de alguma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão determinado”. Por outro lado, existe a definição de que a avaliação é o ramo da ciência imbuída da análise da eficiência (MUSTO, 1975 apud COHEN e FRANCO, 2013). Outra abordagem coloca como objeto de pesquisa da avaliação a comparação dos efeitos de um programa com as metas propostas, com o fito de contribuir para a tomada de decisões supervenientes e aperfeiçoamento das condições futuras (WEISS, 1982 apud COHEN e FRANCO, 2013).

A avaliação é um tema central no âmbito das sociedades democráticas por permitir inferir o impacto da ação dos governos, seu grau de efetividade no alcance de seus objetivos e sua eficiência na gestão dos recursos públicos. Ademais, o procedimento de avaliação fortalece a accountability, pois permite à sociedade civil questionar determinadas políticas e organizar-se em movimentos de “advocacia” ou de pressão para propor alternativas e mudanças. É crucial entender que para avaliar é importante, antes, entender qual o processo de formulação, tomada de decisão, implementação e monitoramento das políticas públicas (ciclo das políticas públicas).

Atualmente, quem designa a avaliação institucional na educação superior, no Brasil, é a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, legislação que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Ele possui três elementos básicos: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes; perpassando eixos como ensino, pesquisa e extensão, responsabilidade social, gestão da instituição, corpo docente, instalações, dentre outros. este trabalho

tratará com ênfase sobre a avaliação institucional, versando sobre as implicações que os relatórios da CPA exercem sobre as tomadas de decisões da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

A questão central que norteia o artigo é caracterizada pela seguinte indagação: Em que medida a Administração Superior da UNIVASF utiliza os relatórios de autoavaliação da CPA como subsídio para tomadas de decisão?

2 | O SINAES E SUA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INTERNA: AS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO (CPAS)

Segundo o Inep (2004), os princípios, critérios e premissas que embasaram a construção do SINAES foram:

- I. Que a educação é um direito social e dever do Estado, “portanto, a avaliação da educação superior [...] deve dar respostas públicas à questão de como o sistema e cada uma das instituições e suas partes estão exercendo o mandato que lhes foi socialmente outorgado”. (INEP, 2004, p. 86).
- II. Que os valores sociais são historicamente determinados, assim, existem dois importantes critérios da qualidade da educação superior, quais sejam: “a relevância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento do conjunto da população e para o avanço da ciência, e na sua eficácia para fortalecer as preferências éticas e políticas dominantes em um determinado momento histórico”. (INEP, 2004, p. 87).
- III. A regulação e controle. Nessa perspectiva, “o Estado supervisiona e regula a educação superior para efeitos de planejamento e garantia de qualidade do sistema” (INEP, 2004, p. 87). Porém, é necessário suplantarmos a ideia e a prática da regulação como simples função burocrática e legalista, sendo imprescindível a construção de uma nova lógica, com outro sentido filosófico, ético e político, na qual a regulação não se encerre em si própria, e, precipuamente, esteja articulada à avaliação educativa, que seja uma prática formativa e construtiva.
- IV. A prática social com objetivos educativos. Esse princípio do SINAES está bem esclarecido na seguinte retórica:

Se a avaliação é um processo que busca melhorar a qualidade, aumentar a quantidade do serviço público educacional e elevar a eficácia institucional, a conscientização dos agentes e a efetividade acadêmica e social, então, implementar a cultura da avaliação é uma exigência ética. Concebida a Educação Superior na perspectiva do direito social e dever do Estado, portanto plenamente orientada por valores públicos, a avaliação educativa deve ser consequentemente um processo democrático e participativo. Sendo educativos e sociais os seus objetivos, ela deve aprofundar a solidariedade intra e interinstitucional. (INEP, 2004, p. 89).

- V. Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado. Tal premissa do SINAES é melhor entendida, quando da

assimilação do que segue:

Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No desenho da regulação e da avaliação, cada instituição deveria submeter-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos. Além disso, a avaliação deve servir de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade e, portanto, as prioridades e potencialidades de cada instituição em particular (INEP, 2004, p. 90).

VI. Globalidade. O princípio da globalidade pressupõe que a avaliação seja multidimensional e polissêmica, considerando que a educação também carrega tais características, enquanto fenômeno humano. “A busca da integração e da globalidade é central para a construção de um sistema de avaliação, tanto nas dimensões internas e institucionais, quanto nas suas manifestações externas e de sistema” (INEP, 2004, p. 92).

VII. Legitimidade: “A legitimidade ética e política tem a ver com a autonomia efetivamente assumida na perspectiva da responsabilidade pública e passa pela construção de avaliação como espaços sociais de reflexão” (INEP, 2004, p. 92).

VIII. Continuidade. Esse último ponto que caracteriza o SINAES, dentro do aparato ideológico sinalizado no trabalho do Inep, “SINAES: da Concepção à Regulamentação”, no tópico 2, da Parte II, representa a coerência do conjunto dos outros pontos citados acima. Segundo a referida publicação, quando são feitos procedimentos pontuais, sem a devida continuidade, dá-se uma falsa ideia de avaliação. Daí, a necessidade de que os processos de avaliação sejam continuados e permanentes.

No campo de atuação do SINAES, a autoavaliação é um esforço complexo que abrange diversos “momentos e instrumentos que vão além da prova ou de uma visita in loco por uma comissão especializada. O seu conceito de educação é bem mais amplo, não apenas ensino, pois transcende o desempenho e rendimento de alunos.” (LIMA, 2010, p. 69).

Conforme apontamentos do MEC (MEC, 2004b, p. 9), a autoavaliação possui como objetivos primordiais na educação superior:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação auxilia as IES no reconhecimento de suas fragilidades e potencialidades. Logo, configura-se a autoavaliação como um instrumento indispensável para o processo de tomada de decisão nas instituições.

Na comparação com outras possibilidades de estruturas para a avaliação da educação superior no Brasil, pode-se considerar como diferencial notório do SINAES a imposição para implantação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável por todo o processo de autoavaliação:

Diante do processo avaliativo SINAES, o que há de novo é a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) pelas IES, incumbindo-se de gerar um projeto de autoavaliação institucional em consonância com a comunidade acadêmica, sociedade civil organizada e com os conselhos superiores da IES (LIMA, 2010, p. 60).

As competências das CPAs estão arroladas na Lei nº 10.861/2004 e sua formação deve obedecer ao que estabelece a Portaria do MEC nº 2.051/2004. O artigo 7º, § 2º desta Portaria expõe:

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverá ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades. (MEC, Portaria nº 2.051).

Atualmente, a autoavaliação institucional nas IES é orientada por três marcos legais principais: A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a Portaria do MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004 e o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. A Portaria nº 2.051 é o instrumento que mais detalha a avaliação interna nas IES, nela pode-se encontrar a natureza, composição e função das CPAs:

A referida Portaria define que a CPA é autônoma, estando a cargo das próprias IES o estabelecimento do estatuto que regulamenta as “formas de composição”, a “dinâmica de funcionamento” e a “especificação das atribuições”, assegurando a participação da comunidade acadêmica e a divulgação dos resultados (SILVA E GOMES, 2011, p. 584).

Assim sendo, desde que obedecido o disposto nas orientações da CONAES e nas diretrizes do SINAES, as IES possuem discricionariedade para elaborar “a metodologia de trabalho, os procedimentos e os objetivos de seu processo de autoavaliação.” (SILVA E GOMES, 2011, p. 581).

3 | A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)

Encontra-se a seguir figura que esquematiza a distribuição da Administração da UNIVASF:

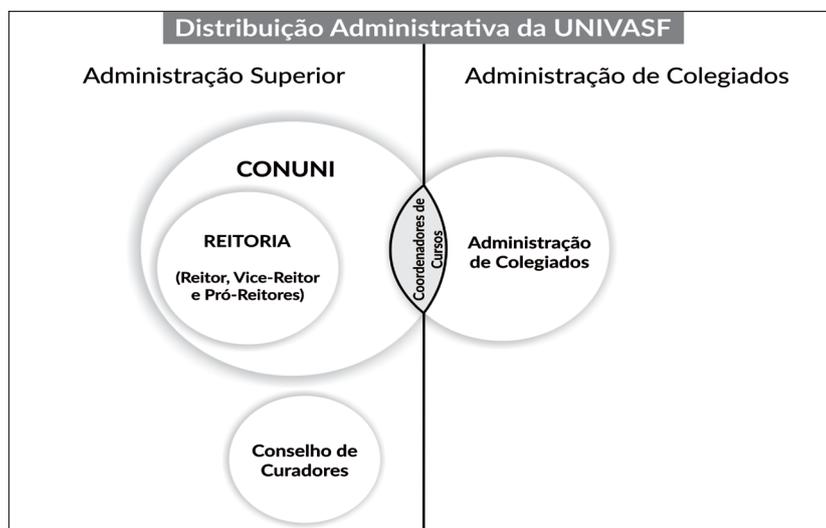


Figura 1: Distribuição Administrativa da UNIVASF

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Na UNIVASF, os instrumentos internos que estabelecem o Regimento Interno da CPA são as Resoluções nº 07/2005 e 09/2013, sendo que esta última consubstancia-se tão somente em alterações na primeira. Estes documentos estabelecem que a CPA da Instituição deve ser composta por nove membros, a saber: um presidente, que deve ser “servidor do quadro efetivo da UNIVASF eleito entre os seus pares da CPA”; um vice-presidente, “servidor do quadro efetivo da UNIVASF eleito entre os seus pares da CPA”; além de sete membros representantes: um representante dos docentes, dentre os integrantes de Programas/Projetos de Pós-graduação e/ou Pesquisa; um representante dos Técnicos Administrativos; um representante dos docentes, dentre os integrantes de Programas/Projetos de Extensão Universitária; um representante da Comunidade Científica/Pesquisa Externa; um representante da Comunidade Externa; um representante dos docentes na categoria Ensino; e um representante Discente (UNIVASF, 2013).

Existe na Instituição outra estrutura voltada à autoavaliação, são as Comissões Próprias de Avaliação nos Colegiados (CPAC's/UNIVASF). Essas comissões são formadas para apoiar a CPA em suas atividades, são compostas por: Presidente, “membro docente efetivo indicado pelo respectivo Colegiado”; vice-presidente, “membro docente efetivo indicado pelo respectivo Colegiado”; e mais os membros representantes: um representante docente pesquisador, integrante de grupo de pesquisa, registrado no CNPq e certificado pela instituição, eleito no Colegiado; um representante docente atuante em projetos de Extensão, eleito no Colegiado; um representante dos discentes de graduação, eleito por seus pares; e um representante da comunidade externa, indicado pelo Colegiado, com atuação na área específica ou afim do respectivo curso (UNIVASF, 2013).

Dentre as competências da CPA da UNIVASF estão: conduzir e responsabilizar-se pela realização da autoavaliação nos cursos de graduação e pós-graduação

ministrados na UNIVASF, em parceria com as CPAC's; definir o calendário anual das suas atividades e o cronograma de cada execução da autoavaliação institucional, a ser observado em todos os *campi* da UNIVASF; definir os instrumentos a serem utilizados para a avaliação de cada dimensão ou aspecto da atuação Institucional da UNIVASF, de acordo com as normas de avaliação do ensino superior; propor os instrumentos a serem utilizados para a sensibilização da comunidade acadêmica e para a divulgação dos resultados das avaliações realizadas; elaborar as normas de funcionamento e o regimento das CPAC's/UNIVASF; prestar informações à Reitoria da UNIVASF e aos órgãos de avaliação do ensino superior, sempre que solicitadas; e zelar pelo cumprimento do disposto no Regimento Interno e na legislação federal concernente à avaliação do ensino superior (UNIVASF, 2013).

São atribuições das CPAC's: conduzir e responsabilizar-se pela realização da autoavaliação nos seus respectivos cursos; definir o calendário anual das suas atividades e o cronograma de cada execução; participar das reuniões convocadas pela CPA/UNIVASF; responsabilizar-se pela divulgação dos resultados da autoavaliação no âmbito do Colegiado; prestar informações à comunidade acadêmica e aos órgãos de avaliação do ensino superior, sempre que solicitadas; e zelar pelo cumprimento do disposto no Regimento Interno e na legislação federal concernente à avaliação do ensino superior (UNIVASF, 2013).

É possível encontrar na página virtual da CPA da UNIVASF (<http://www.cpa.univasf.edu.br/>) os Relatórios da avaliação interna de 2011 a 2018.

4 | CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Durante a pesquisa na Universidade Federal do Vale do São Francisco, percebeu-se que, entre os respondentes, não houve uma tendência de opinião expressivamente forte que representasse confluência de ideias entre os participantes.

Em relação à possibilidade de verificação quanto ao alinhamento dos princípios do SINAES com a abordagem utilizada nos relatórios da CPA da UNIVASF, concluiu-se que os respondentes, no geral, percebem a importância destes aparatos conceituais para o desenvolvimento da autoavaliação na instituição, contudo, a percepção que os respondentes têm acerca da utilização deles nos relatórios da CPA está concentrada na média da escala de percepção, indicando que consideram uma utilização razoável, mediana dos princípios nos referidos documentos.

Na tentativa de se identificar a utilização dos relatórios da CPA pela Administração Superior da UNIVASF, inferiu-se que os participantes divergiram acentuadamente sobre a questão, porém, percebeu-se uma inclinação no sentido de acreditarem, por exemplo, que os relatórios não estão contribuindo como poderiam para as tomadas de decisão na Administração Superior da instituição. Alguns percalços foram apresentados para a melhor atuação dos documentos neste sentido, a exemplo da

falta de tempo para consulta dos relatórios; prolixidade dos documentos; falta de adesão da comunidade acadêmica, principalmente dos estudantes, no processo de autoavaliação, o que consideram comprometer alguns resultados apresentados; falta de capacitação dos avaliadores; falta de alinhamento da teoria x prática embutidas no SINAES e na autoavaliação sugerida pelo sistema.

Em relação à análise dos relatórios da CPA da UNIVASF, percebeu-se que tais documentos são estruturados seguindo as recomendações do SINAES, principalmente no tocante aos temas que devem ser abordados, indicados nos mecanismos norteadores do sistema. Cabe também acrescentar algumas ponderações/sugestões que podem ser úteis para uma melhor utilização dos relatórios de autoavaliação da UNIVASF, principalmente no que concerne às tomadas de decisão da Administração Superior, que é o mote deste trabalho.

As sugestões apresentadas a partir de agora foram fruto da leitura crítica dos relatórios da CPA da UNIVASF e dos relatos ouvidos nas entrevistas ou angariados através dos questionários. Para que a autoavaliação detenha maior visibilidade, eficiência e eficácia nos seus empreendimentos, sugere-se que, se possível, a UNIVASF articule o funcionamento de um setor administrativo responsável pela autoavaliação institucional e que este setor trabalhe conjuntamente com o planejamento da instituição. Essa sugestão muito se respalda em relatos de participantes que expuseram diretamente essa opinião, bem como na capacidade que um setor atuante neste sentido teria para sanar adversidades como a não participação de membros da CPA nas atividades da comissão, muito por conta de suas atribuições em seus setores de lotação. Sugere-se, ademais, que todos os integrantes deste setor façam parte da CPA e estejam a par e ativos nas fases de construção, aprovação, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIVASF, é importante também que a avaliação deste documento seja executada em conformidade e confluência à avaliação executada pela CPA. A autoavaliação deve ser uma importante aliada para a concretização e ajustes necessários dos objetivos e metas (macro) que são estabelecidos para a instituição.

Seria importante, da mesma forma, a institucionalização de um assento da CPA no Conselho Universitário da UNIVASF. Tal medida solidificaria ainda mais a presença e atuação deste organismo nas tomadas de decisão da Instituição. Essa ação traria visibilidade dos relatórios da CPA pela Alta Gestão da universidade, culminando em sua maior e melhor utilização.

A falta de participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação institucional foi ponto deveras repisado, principalmente pelos membros entrevistados. Para esta questão, cabe propor duas alternativas que podem ser utilizadas conjunta ou separadamente. A primeira é a formulação e divulgação de um procedimento periódico de sensibilização ao público para que participem da autoavaliação institucional, isso pode ser feito, por exemplo, através da propagação de peças virtuais nas redes sociais da instituição, principalmente durante o período em que os questionários estão abertos para respostas. Durante a execução da pesquisa

foi possível verificar que as avaliações estavam disponíveis para manifestação dos discentes, docentes e técnicos administrativos, porém, nas redes sociais da UNIVASF (*Instagram e Facebook*) não foi publicado nenhum chamamento para a autoavaliação. No entanto, verificou-se que foi enviado *email* institucional para os servidores e para seis representantes da categoria estudantil informando sobre o prazo para participação. Acredita-se que uma medida mais profícua seria a divulgação midiática, que, principalmente para o grupo dos estudantes, haveria de lograr maior êxito, em termos de alcance numérico de pessoas. Evidentemente, podem existir também outras formas de sensibilização de público e que podem ser utilizadas, com ou sem prejuízo da que aqui é sugerida, o importante é que todos os envolvidos sejam alcançados pela informação e que o resultado principal seja alcançado, que é a maior aderência do público-alvo nas respostas aos questionários de autoavaliação da UNIVASF. A segunda alternativa, e que também foi levantada por um dos respondentes dos instrumentos de coleta de dados, é que haja um mecanismo invocativo ao preenchimento dos questionários que evidencie a existência da autoavaliação, disponibilizado em momentos cruciais e estratégicos na vivência acadêmica ou laboral do participante, como na etapa da matrícula dos estudantes ou progressão profissional, no caso dos técnicos administrativos e docentes.

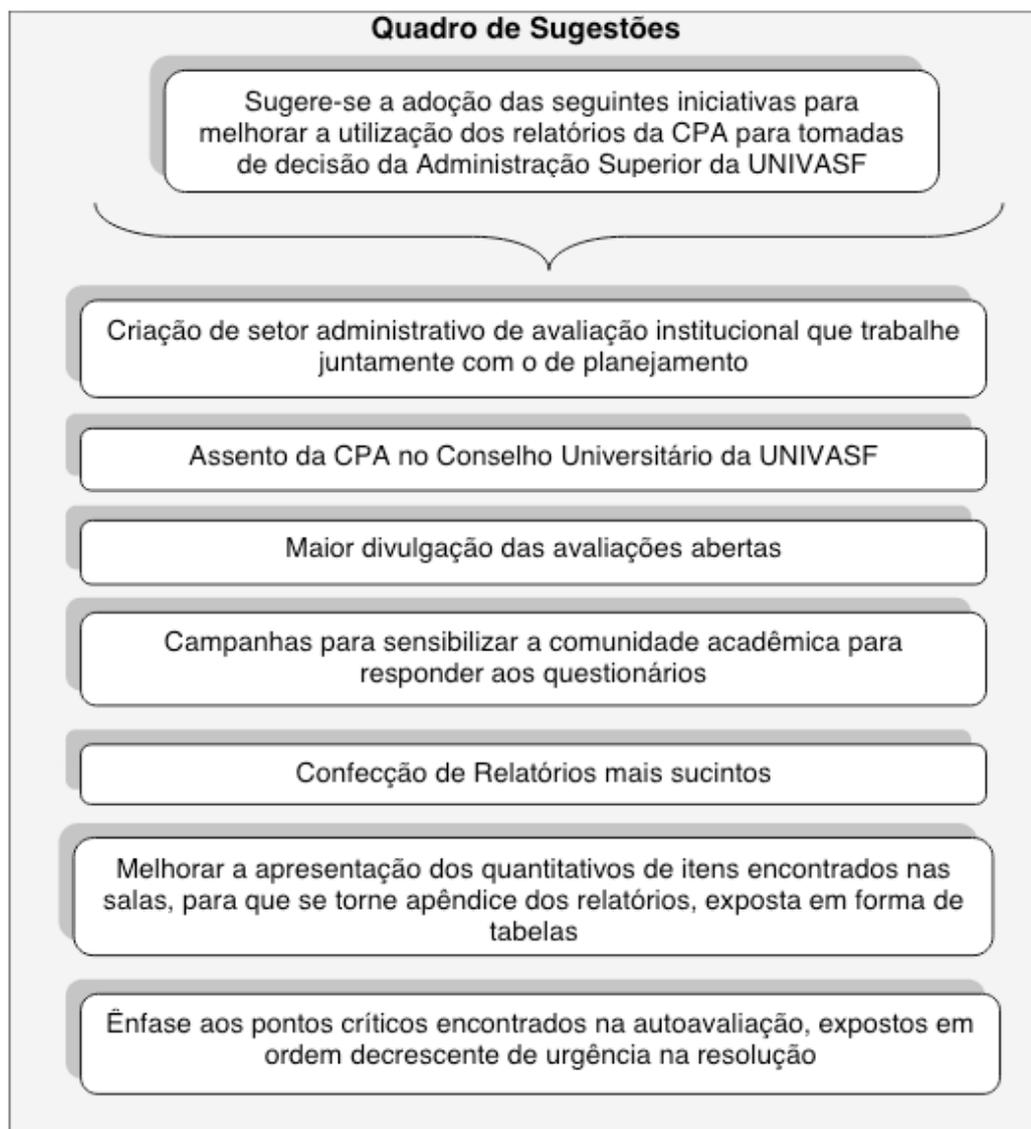
Alguns respondentes levantaram veementemente que os estudantes não se interessam em preencher os questionários, pois temem represália de algum professor no caso de atribuição de avaliação negativa, não crendo, portanto, que o processo preserva o anonimato do respondente. Sugere-se então que a informação da preservação do anonimato seja propagada impetuosamente, para não restar dúvidas, oferecendo confiança ao estudante que responderá aos questionários.

Sugere-se ainda que os relatórios sejam estruturados de forma mais sucinta; por exemplo, suprimindo dos próximos relatórios as informações que estão dispostas discursivamente acerca dos quantitativos de itens encontrados nas salas da instituição. No entanto, caso a comissão entenda que se trata de informações indispensáveis, elas poderiam ser apêndices dos relatórios e expostas em forma de tabelas.

Outra proposta seria no sentido de que os relatórios das CPAC's não fossem tratados como apêndices dos relatórios da CPA, mas considerados como outras peças de autoavaliação, ficando disponíveis à parte do relatório principal na página virtual da CPA da UNIVASF.

Sugere-se também que os relatórios possam ser estruturados de maneira mais sucinta e esquemática, dando prioridade, quando couber, à apresentação dos resultados em forma de tabelas, por exemplo. É interessante também que seja dada ênfase aos pontos críticos observados através das respostas aos questionários e visitas *in loco*, abrindo espaço específico para destacar e discutir tais itens, essa medida pode contribuir na organização de gargalos a serem suplantados pela instituição, as informações podem ser classificadas por nível de urgência na solução, por exemplo, para uma melhor visualização de quais necessidades são mais prementes.

Destaque-se a seguir um quadro resumo que esquematiza e resume as sugestões aqui expostas para um melhor aproveitamento dos relatórios da CPA para as tomadas de decisão da Administração Superior da UNIVASF.



Quadro 1: Quadro de sugestões

Fonte: Elaboração própria, 2017.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.861, de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** [Brasília], 14 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

INEP. **Orientações gerais para o Roteiro da autoavaliação das instituições.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em 15 jul. 2016.

LIMA, Cláudia Ibiapina. **Autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará sob a égide do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MEC. Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a cpa em questão. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 16, n. 3, p.573-601, abr. 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNIVASF. Resolução nº 09/2013, de 18 de outubro de 2013. **Altera a Resolução Nº 07/2005-CONUNI que estabelece o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Vale do São Francisco**.

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270